



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

1 Às 14h15min do dia 28 do mês de junho de 2023, reuniram-se em caráter ordinário os membros do
2 Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe: Agência Estadual de Meio
3 Ambiente (CPRH), Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco
4 (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI), Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal
5 Newton Cavalcanti (CIMNC), Prefeitura Municipal de Igarassu, Prefeitura Municipal do Recife,
6 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE),
7 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Usina São José,
8 Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP), Fórum Socioambiental de Aldeia
9 (FSaA), Associação Águas do Nordeste (ANE) e Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN),
10 além de servidores da CPRH, para debaterem sobre a seguinte pauta: **a) Aprovação das atas das**
11 **reuniões anteriores; b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; c) Atualização sobre a**
12 **revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba; d) Atualização sobre**
13 **a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA; e) Atualização sobre o projeto do Arco**
14 **Viário Metropolitano; f) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército**
15 **(ESA) no CIMNC; g) Deliberação sobre criação de GT ESA (interno); h) Aprovação de resposta ao**
16 **MPF sobre estudo ambiental preliminar da ESA; i) Informes gerais.** Na função de gestora da APA
17 Aldeia-Beberibe e Presidente do Conselho Gestor, iniciei a sessão dando boas-vindas e agradecendo
18 a presença de todos, ao tempo em que me desculpei pelos inconvenientes devido à alteração do
19 local da reunião que acabou por não se concretizar. Antes de entrar na pauta da reunião, apresentei
20 a Diretora de Biodiversidade e Unidades de Conservação (DBUC/CPRH), Terezinha Uchôa, que
21 acompanhou toda a reunião. Entramos então no primeiro ponto da pauta: **a) Aprovação das atas das**
22 **reuniões anteriores**, relativas à reunião ordinária de 15 de dezembro de 2022 e à reunião
23 extraordinária de 02 de junho de 2023. Lembrei a todos que a primeira reunião ordinária do ano
24 deste Conselho foi substituída pelo “Seminário APA Aldeia-Beberibe: 13 anos”, que ocorreu em
25 março em comemoração ao aniversário da Unidade de Conservação, de modo que não houve
26 reunião e, por consequência, ata a ser aprovada. Sem propostas de alteração das atas, elas foram
27 aprovadas na íntegra, por unanimidade. Passamos para o item **b) Posse dos novos conselheiros**
28 **titulares e suplentes**, ocasião em que foram empossados os representantes da Prefeitura Municipal
29 de Igarassu: Carollyna Fragoso, como conselheira titular, e Gilmar Gonçalves, como conselheiro
30 suplente. Considerando que os processos relacionados aos itens c) e d) da pauta estão sendo
31 conduzidos pela SEMAS, sugeri que aguardássemos a representação da secretaria para trazer a
32 atualização, o que foi acatado pela Plenária. Seguimos então para o item **e) Atualização sobre o**



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

33 **projeto do Arco Viário Metropolitano;** após uma breve contextualização para os novos conselheiros,
34 passei a palavra para o conselheiro Herbert Tejo, do FSaA, que informou que a empresa Beck
35 Engenharia que ganhou a licitação para a elaboração dos estudos para o Arco Viário concluiu dois
36 trabalhos, o estudo ambiental e o de traçado. O estudo ambiental recomendou um traçado por fora
37 da APA Aldeia-Beberibe, enquanto o de traçado deu mais peso ao componente econômico e indicou
38 como mais viável o traçado que corta a APA com a inclusão de um túnel em Chã de Cruz. No entanto,
39 a própria Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), que vem conduzindo o processo no âmbito
40 do governo estadual, contestou o peso dado ao componente econômico no estudo de traçado e
41 solicitou a revisão do estudo com a sugestão de novos pesos para avaliação. Essas foram as
42 informações discutidas em reunião ministerial realizada no mês de abril no Centro de Apoio
43 Operacional às Promotorias de Meio Ambiente (CAOPMA) do Ministério Público de Pernambuco, na
44 presença da SEMAS, SEPLAG, SEMOBI, DER, CPRH, FSaA e promotorias de Abreu e Lima e São
45 Lourenço da Mata. No entanto, desde então não houve evolução no que diz respeito a esses estudos.
46 O conselheiro Herbert, do FSaA, então sugeriu que o Conselho convidasse um representante da
47 secretaria responsável pelo projeto para nos posicionar sobre a evolução desse processo, salientando
48 que o governo não tem conduzido o projeto de forma transparente ou participativa, onde todas as
49 informações obtidas tem sido via Lei de Acesso à Informação. Posto em votação, tal
50 encaminhamento foi acatado pela Plenária. A conselheira Edneida Cavalcanti, da ANE, sugeriu que as
51 pautas do Arco Viário e da ESA fossem propostas para discussão no âmbito do Conselho Estadual de
52 Meio Ambiente de Pernambuco (CONSEMA/PE). Informei que ambas as pautas vêm sendo levadas
53 ao CONSEMA por vários conselheiros, mas que ainda não foram efetivamente discutidas naquele
54 fórum. Com a chegada da conselheira Marina, da SEMAS/PEDI, voltamos ao ponto de pauta **c)**
55 **Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba,**
56 quando a conselheira informou que diante grande lapso na transição da gestão, o Programa UCs
57 Pernambuco, que incluía a elaboração dos respectivos planos de manejo, ficou sem responsável e,
58 diante do prazo final do contrato se aproximando, provavelmente não haverá possibilidade de dar
59 continuidade ao programa. Nesse sentido, as áreas técnicas e jurídicas daquela Secretaria estão
60 analisando quais as possibilidades viáveis para resolver a questão, tendo em vista que o tema
61 permanece como prioritário para a gestão atual. Comentei que os produtos que chegaram a ser
62 finalizados para o Agrupamento Aldeia foram os diagnósticos ambientais parciais relacionados aos
63 levantamentos primários e secundários, ainda de forma separada e não compilados, os quais foram
64 realizados pelo CEPAN, subcontratado pelo ITEP para atendimento do objeto. A conselheira Cristiane,
65 do CEPAN, informou que os diagnósticos foram entregues em dezembro/2022 e janeiro/2023, mas



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

que não houve devolutiva da SEMAS em relação à aprovação dos produtos até o momento, o que é preocupante uma vez que o contrato se encerra no próximo mês. A conselheira Marina se comprometeu a acompanhar os encaminhamentos em relação ao tema. Em seguida, passamos ao ponto **d) Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA**. Novamente fiz uma breve contextualização sobre a questão para os novos conselheiros e passei a palavra para a conselheira Marina para trazer informações sobre a pauta. A conselheira afirmou que a nova gestão da SEMAS ainda está se apropriando da questão e, em se tratando de ser uma política de estado, avaliando se de fato ela é exequível. Esclareci que no momento da proposição do decreto nós tivemos o cuidado de que se tratasse de algo para fomentar a restauração sobretudo nas áreas onde a atividade já seja legalmente exigida, a exemplo de Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais, etc., sendo as principais estratégias a conservação do que já temos de mata, priorizando a conectividade funcional do território. A conselheira Edneida, da ANE, destacou a urgência em solucionar essa questão e propôs que o Conselho solicite uma reunião com os tomadores de decisão da SEMAS para cobrar uma resolução sobre isso. O conselheiro Anselmo, do IFPE, afirmou que entende ser um retrocesso falar em revisar o resultado do projeto dos corredores, tendo em vista tempo, energia e dinheiro investidos para chegarmos a um produto que não impõe restrições ou obrigações adicionais aos proprietários do território. O conselheiro Herbert, do FSaA, afirmou que o que está acontecendo é um absurdo, já que está claro que houve um projeto, houve um decreto e houve um erro na sua publicação, o qual deveria ter sido imediatamente corrigido diante da sua percepção; destacou que a empresa contratada foi competente para realizar os trabalhos, foi garantida a ampla participação social na sua construção e que o FSaA inclusive foi crítico com a dimensão e extensão do corredor originalmente proposto. Continuou afirmando que a situação atual é que não conseguimos sequer proteger as matas já existentes inseridas no corredor porque os empreendedores se valem da insegurança jurídica para desmatar sem maiores ônus, apesar da CPRH, da SEMAS, do Conselho Gestor e da sociedade ter conhecimento sobre seus limites, mas não é considerado simplesmente por não ter sido publicado no diário oficial; disse que há somente dois caminhos para a gestão estadual: publicar o mapa para corrigir o erro ou revogar o decreto e assumir o ônus político dessa decisão, mas deixar da forma que está não é uma opção. Sobre a exequibilidade da restauração, afirmou que entende ser outra história, mas lembrou que o governador Paulo Câmara e o secretário de meio ambiente Antônio Bertotti na COP26 em 2021 se comprometeram a implantar o corredor ecológico da APA com recursos na ordem de R\$ 48 milhões. Lembrou ainda que o FSaA já fez denúncia ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) sobre a questão, e que continuará cobrando uma solução para a questão. Complementei que o MPPE já realizou várias



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

audiências convocando a CPRH, a SEMAS e a Procuradoria Geral do Estado (PGE), mas que atualmente a demanda foi devolvida à SEMAS para pronunciamento e revalidação do interesse na pauta. A conselheira Marina, da SEMAS, comentou que não sabe até que ponto a Secretaria tem as informações que foram repassadas nessa oportunidade pelo Conselho, mas que vai intermediar para tentar articular uma reunião específica para tratar sobre o tema. A conselheira Edneida afirmou que podemos fazer uma tentativa nesse sentido, antes de formalizar uma demanda via Conselho. A conselheira Mônica Rocha, da Usina São José, afirmou que a correção é uma coisa simples, caberia apenas a publicação de uma errata, e que entende o mesmo que Herbert sobre as opções da SEMAS: corrige ou revoga; comentou ainda que acha interessante uma reunião do Conselho com a SEMAS, já que entende que é uma situação complexa para uma gestão completamente nova, sobretudo em se tratando de um território prioritariamente privado. Lembrei que, na verdade, o atual secretário executivo de meio ambiente da SEMAS, Walber Santana, fez parte da gestão que conduziu o projeto dos corredores na CPRH, na época na Diretoria de Recursos Florestais e Biodiversidade, de modo que não é completamente novidade. A conselheira Ana Carolina, da UFRPE, lembrou que não há mistérios em se entender como se deu a elaboração dos corredores, já todo o processo foi documentado em vários volumes de produtos de excelente qualidade que a equipe da SEMAS tem acesso e propriedade. Destacou que o decreto fala em fomentar, incentivar, fortalecer e estimular iniciativas e instrumentos de gestão, não adicionando qualquer obrigação ou restrição às propriedades privadas. Finalizou afirmando que temos que aproveitar o alto investimento do pago com recursos públicos, quase R\$ 1 milhão de reais. A conselheira Edneida, da ANE, reforçou novamente a urgência diante da especulação imobiliária do território de Aldeia, que está praticamente sem controle. Ressaltei que Pernambuco quase não tem mais remanescentes expressivos de Mata Atlântica, de modo que a conexão dos que restaram é a única esperança para a conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos do bioma. O conselheiro Gilmar, da Prefeitura de Igarassu, afirmou que precisamos sensibilizar o setor produtivo para a conservação e restauração tendo em vista que ela promove a sustentabilidade da própria atividade produtiva que depende de água. Passamos então ao item **f) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Armas do Exército (ESA) no CIMNC**. Fiz novamente uma contextualização sucinta sobre o que temos conhecimento acerca do projeto e do Grupo de Trabalho criado para tratar do assunto, para o qual o FSaA e a UFPE foram indicados como representantes da sociedade civil do Conselho na reunião anterior, além de contar com a UFRPE diretamente como representação da academia. A primeira reunião do GT foi na manhã deste dia, 28 junho, no mesmo auditório da CPRH. Passei então a palavra aos conselheiros que estiveram presentes na reunião, já que não pude participar dela, apesar de ter



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

132 solicitado insistentemente. A conselheira Bruna, da UFPE, iniciou informando que se tratou de uma
133 reunião meramente de apresentação do projeto por parte do Exército, já que não podiam interagir
134 ou fazer perguntas. Foram apresentadas as premissas e os equipamentos previstos para o complexo
135 da escola, mas ficaram muitas perguntas no ar. A conselheira Ana Carolina, da UFRPE, comentou que
136 esperava que a reunião fosse durar mais, mas se estendeu por apenas 1h30, onde o Exército
137 apresentou um estudo técnico e o plano diretor do projeto, além de um mapa temático com as áreas
138 que teriam restrições ambientais (sobretudo áreas de proteção de mananciais de categoria M1). No
139 projeto atual, há a previsão de ocupar uma área de 162 hectares. Afirmou que pouco se comentou
140 sobre proposta de compensação ambiental, resumindo-se a falar em recuperação de áreas de
141 preservação permanente, mas sem especificar onde. Ainda comentou que o Exército afirmou que
142 ideia é que o acesso principal à ESA seja pela estrada de Mussurepe, e que o Exército fez um
143 levantamento de áreas degradadas contíguas com o CIMNC onde pudessem ser instalados os
144 equipamentos, mas não identificaram áreas compatíveis com as premissas necessárias, sendo
145 identificada apenas uma pequena que já havia sido cogitada para ser desapropriada pelo Governo de
146 Pernambuco para estimular comércio e serviços. Comentei que senti falta da discussão em torno das
147 vedações à supressão impostas pela Lei Federal nº 11.428/2006, a lei da Mata Atlântica, quando a
148 vegetação em estágio avançado e médio de regeneração estiver situada em área de proteção de
149 mananciais, abrigar espécies ameaçadas de extinção e formar corredores de biodiversidade, como
150 dispõe o artigo 11 da referida lei. A esses casos não se aplicam as exceções de utilidade pública que
151 seriam aplicáveis no caso de segurança nacional, no qual se enquadraria a Escola de Sargentos. Além
152 disso, o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC) do Litoral Norte também impõe vedação à
153 supressão de remanescentes na área do CIMNC. A conselheira Mônica Rocha, da Usina São José,
154 afirmou que existe uma possível inconstitucionalidade no decreto do ZEEC, já que por meio deste
155 instrumento não poderiam ser ditas restrições ao uso da propriedade privada. A conselheira
156 Edneida, da ANE, questionou como, diante de tantas questões legais, o equipamento ainda é posto
157 como certo por parte do Exército, praticamente sem qualquer discussão com a sociedade e
158 academia. Questionou aos participantes do GT se eles se sentiram contemplados com o formato
159 proposto ou se acham que é apenas uma mera formalidade para apaziguar os ânimos e “cumprir
160 tabela”. A conselheira Bruna, da UFPE, disse que a reunião de hoje foi somente para uma
161 apresentação do Exército e que não foi definida uma periodicidade de reuniões ou agendamento da
162 próxima, mas sentiu tranquilidade e segurança na condução da secretária Ana Luiza, que coordena o
163 GT. Foi questionado se o IBAMA está no GT e qual o papel da instituição no processo. Informei que o
164 IBAMA não compõe originalmente o GT, mas pode ser convidado já que o Exército tem o



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

entendimento de que a autorização de supressão seria de competência do instituto, com anuência do Estado, por força da Lei Complementar nº 140/2011. A conselheira Ana Carolina, da UFRPE, informou que o MPPE também não estava originalmente no GT mas pediu participação e esteve na reunião. Afirmou também que esperava que a composição do GT fosse de pessoas com perfil mais técnico, mas na verdade foram indicados o alto escalão do governo e os representantes máximos das instituições, limitando de certa forma o entendimento dos termos técnicos trazidos para discussão, de modo que não sabe de que forma serão efetivamente os trabalhos e resultados do grupo quando sequer a gestão da Unidade de Conservação pode participar da reunião. O conselheiro Herbert, do FSaA, complementou que o formato da reunião foi pensado para evitar animosidades na discussão. Também criticou a ausência de pessoas com perfis técnicos e da gestão da APA Aldeia-Beberibe no GT, descrevendo como deselegante a decisão da gestão de vetar a participação da gestora na reunião; nesse sentido, propôs o encaminhamento de um pronunciamento do Conselho à direção da CPRH no sentido de sensibilizar sobre a importância da gestora participar das reuniões, o que foi acatado por unanimidade. Sobre tal encaminhamento, comentei que acho interessante que as entidades que formam o Conselho assinem diretamente o documento, uma vez que trata de uma indicação direta do meu nome, o que foi acatado pela Plenária. O conselheiro Herbert continuou dizendo que espera que a segunda reunião do GT seja destinada à representação da sociedade civil no Conselho para demonstrar os contrapontos e alternativas pensadas no âmbito deste fórum, e que seja destinado o mesmo tempo e recursos para tal. Salientou o fato de que o Exército estaria revendo uma de suas principais premissas, que é de que o empreendimento deveria ser dentro do CIMNC, e abriu a possibilidade de ser em área contígua ao campo de instrução, demonstrando haver espaços para discutir outras alternativas. O conselheiro Gilmar questionou se o Exército falou sobre a proposta de compensação ambiental, e o conselheiro Herbert informou que se limitaram a afirmar que eles propõem “uma compensação ambiental vantajosa”, sem ao menos indicar do que se trata. Herbert comentou ainda que dentro do orçamento apresentado estão previstos R\$ 218 milhões para os programas de compensação, o que seria muito mais do que suficiente para adquirir qualquer área que eles quisessem já degradada e não precisar se preocupar com as incertezas de um projeto de restauração florestal que pode levar décadas para restabelecer um ecossistema. A conselheira Edneida propôs uma reflexão: como explicaríamos a necessidade de uma supressão nessa escala para uma pessoa de uma geração futura dentro de contexto em que a humanidade se encontra atualmente? Considerando que existe o custo da supressão, da limpeza do local, da compensação e seu monitoramento, será que faz sentido insistir nessa área? A conselheira Ana Carolina voltou a comentar que o Exército se baseia nas premissas militares para insistir na área, e nós temos que nos



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE JUNHO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

basear nas premissas científicas e legais para continuar demonstrando a incompatibilidade do projeto com a área pretendida. O conselheiro Herbert, do FSaA, salientou a importância do posicionamento do Governo de Pernambuco no sentido de ofertar áreas alternativas que cumpram as premissas militares e atendam às questões ambientais, o que até o momento não aconteceu, apesar de já terem sido acordadas várias contrapartidas. Por outro lado, dentro do CIMNC existe uma área de cerca de 200 hectares com vegetação já degradada próxima à Araçoiaba onde poderia ser instalada a Escola, mas o Exército alega que seria uma área de treinamento de acampamento, o que ele considera um argumento muito fraco considerando que um acampamento pode ser feito em outra área contígua ao CIMNC e já degradada. Por fim, acredita que o GT pode ser um caminho para melhorar o projeto e esclarecer as preocupações do Conselho Gestor em relação ao projeto. Passando ao ponto de pauta **g) Deliberação sobre criação de GT ESA (interno)**, após as devolutivas dos conselheiros no ponto anterior, sugeri a retirada de pauta, uma vez que diante do contexto é importante que toda a Plenária tenha conhecimento das tratativas e encaminhamentos do GT, o que foi acatado por unanimidade. O conselheiro Herbert propôs que sejam realizadas reuniões extraordinárias do Conselho posteriores às reuniões do GT para fins de informar os conselheiros sobre o andamento da discussão, o que será avaliado oportunamente a depender da periodicidade das reuniões do grupo. Passamos então ao ponto de pauta **h) Aprovação de resposta ao MPF sobre estudo ambiental preliminar da ESA**; solicitei a retirada de pauta desse item uma vez que não consegui finalizar o documento para submeter à apreciação da Plenária, o que foi acatado pela Plenária. Comentei sobre os prazos para resposta em virtude da licença-prêmio que gozarei no mês de julho e sugeri uma consulta virtual sobre o documento final e envio *ad referendum* do Pleno, com aprovação na próxima reunião do Conselho, não havendo contestações para tal encaminhamento. Passando ao item **i) Informes gerais**, informei sobre o projeto de pesquisa de doutorado da pesquisadora Danielle Dantas, do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, que estudará a resiliência socioecológica no território da APA Aldeia-Beberibe. Dessa forma, ela solicitou que quem se sentisse à vontade deixasse seu contato para que ela entre em contato para fazer uma entrevista com pessoas com atuação local. Outro informe foi sobre a regularização da gratificação dos gestores de Unidades de Conservação, solucionada no início do mês de junho, possibilitando a continuidade da condução dos Conselhos Gestores das UCs. Nada mais havendo a tratar, às 17h10min declarei encerrada a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe. Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata Vieira de Lima, Presidente do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registros em anexo. Recife, 28 de junho de 2023.